



O SAPS e a cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos (1945-1950)

The SAPS and the technical cooperation between Brazil and the United States (1945-1950)

Claiton Marcio da Silva*
Rômulo de Paula Andrade**

Palavras chave:

Cooperação Técnica
Brasil/EUA

História da Alimentação
no Brasil

História das Políticas
Públicas

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar os encontros e desencontros entre técnicos brasileiros e estadunidenses nos acordos de cooperação estabelecida pelos dois países em projetos voltados para a alimentação de trabalhadores. O recorte temporal é a década de 1940, quando a agência *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), criada por Nelson Rockefeller, assinou um convênio com o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), com o objetivo de assessorar a criação do Setor de Visitação Alimentar (SVA), que seria coordenado pelos experts estadunidenses. Inspirado no modelo estadunidense de *Home Demonstration*, o objetivo era difundir e coordenar cursos de Economia Doméstica no Brasil. Argumentamos que as políticas públicas de alimentação formuladas no período foram frutos de negociações e estranhamentos, construídas a partir da dinâmica entre esses profissionais e suas agências e instituições.

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contacto: claiton@uffs.edu.br

** Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e professor do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Contacto: romulopa@gmail.com. Esse artigo teve o apoio financeiro da Faperj e Fapesec

Keywords:

Technical Cooperation
Brazil/USA

History of Food in Brazil

History of Public Policies

Abstract

The aim of this article is to analyze the encounters and disagreements between Brazilian and American experts in the technical cooperation agreements established by the two countries in projects focused on the Brazilian workers' food. The time frame is the 1940s, when the *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), created by Nelson Rockefeller, signed an agreement with the Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), to the creation of the Setor de Visitação Alimentar (SVA), which would be coordinated by US experts. Inspired by the US *Home Demonstration* model, the objective was to disseminate and coordinate Home Economics courses in Brazil. Based on this agreement, we argue that the social policies of the period were also related to international debates on the issue of food and health for workers in a context of widespread urbanization and profound economic transformations in Brazil

A Segunda Guerra Mundial marcou um ponto fundamental para as mudanças relativas às políticas de produção de alimentos, exportação de *commodities* e abastecimento do mercado interno no Brasil dos anos 1940, em meio à ditadura de Getúlio Vargas.¹ Com a industrialização crescente, exigiu-se uma reflexão profunda das políticas agrícolas brasileiras por parte do Estado brasileiro, de forma a impulsionar o número de trabalhadores alimentados nas cidades. Com isso, novas fronteiras agrícolas foram abertas no país, como colônias agrícolas nos Cerrados² e ao incentivo migratório para a Amazônia³, alocando trabalhadores e proporcionando políticas de incentivo para a produção, como o crédito agrícola. Este processo foi favorecido por acordos entre Brasil e Estados Unidos durante a guerra, tendo como consequência o desenvolvimento bilateral de experimentos no campo, como as fazendas destinadas ao abastecimento das tropas norte-americanas nas bases localizadas no Rio Grande do Norte.⁴ Tais colaborações não se limitaram à população rural:

1 Araújo e Mattos, 2021.

2 Dutra e Silva, 2017.

3 Campos, 2006.

4 Silva, 2015.

em um contexto de crescente industrialização e com políticas que tinham o objetivo de incentivar novas culturas de trabalho, a criação de restaurantes voltados para esses homens e mulheres também foi amplamente discutido neste dinâmico contexto, cercado de intensos debates sobre as formas que essa política seria levada adiante.

Tema que recebeu razoável atenção da historiografia brasileira, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) tem sua história contada, de forma geral, como mais um capítulo da política trabalhista e social da ditadura de Getúlio Vargas, centrada na assistência aos homens e mulheres que faziam parte do sistema de previdência social e assistências da década de 1940. Como essa historiografia demonstra, mais que um local de alimentação, esses restaurantes populares também eram locais de aprendizado, onde a mudança nos hábitos alimentares fazia parte do horizonte de transformação do governo autoritário de Getúlio Vargas.⁵

Nosso argumento é que a criação do SAPS também é relacionada aos debates internacionais envolvendo a assistência e alimentação dos trabalhadores e que o Brasil foi partícipe desse processo. No presente texto, nosso interesse mais específico é o encontro entre o Estado brasileiro, marcado pelos *experts* da burocracia estatal, e por técnicos norte-americanos de agências filantrópicas, que, por sua vez, buscavam imprimir um ritmo de tecnificação na agricultura brasileira e estabelecer cooperação em programas brasileiros voltados para a alimentação dos trabalhadores urbanos. A partir de fontes primárias oriundas de arquivos de diferentes nacionalidades, buscaremos neste artigo observar como estes encontros e desencontros entre Estado, intelectuais e agências filantrópicas norte-americanas oportunizam uma análise da construção de políticas mais amplas e contraditórias de produção agrícola e abastecimento baseadas em crescentes ideais de desenvolvimento e modernização que marcaram o pós-guerra. Inicialmente, vamos contextualizar a criação dos restaurantes populares em meio aos debates sobre assistência, alimentação e fome no Estado Novo brasileiro (1937-1945). A seguir, destacaremos o papel das agências internacionais e os encontros e desencontros entre os *experts* no desenvolvimento e autonomia dos programas direcionados à alimentação dos trabalhadores brasileiros.

SAPS : Início e expansão

Em uma definição inicial, o SAPS foi um programa de alimentação voltado à crescente população urbana, criado em 5 de agosto de 1940 durante a ditadura do Estado Novo, e que vigorou até 1967 – quando foi extinto pela ditadura civil-militar sob o argu-

5 Fogagnoli, 2011; Evangelista, 2014; Muniz, 2014.

mento de que os restaurantes abrigavam reuniões de sindicalistas de esquerda, além de denúncias de corrupção administrativa.⁶ Como autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a principal estratégia consistiu na construção de restaurantes populares – uma espécie de complementação do salário mínimo –, oferecendo alimentação (almoço) a preços acessíveis e com supervisão técnica nutricional. O contexto econômico era delicado: a implantação dos restaurantes populares se deu em um momento em que a inflação atingia os 15% e, de acordo com os jornais da época, havia grande fila para compra de gêneros alimentícios que sumiram do mercado em virtude dos tempos de guerra.⁷ Criado em agosto de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social deveria propiciar aos trabalhadores alimentação adequada e barata, além de divulgar as vantagens obtidas pelo trabalhador ao ingerir uma alimentação de acordo com os princípios nutricionais.⁸ Assim, ao invés de uma preocupação única e exclusiva com a alimentação em si, o projeto do SAPS também propunha a criação de novos hábitos, além de uma consciência familiarizada com a alimentação. Em 1941, o órgão foi reorganizado, com o Decreto-Lei 3709, que ampliava suas atribuições:

Para consecução das suas finalidades o S.A.P.S. promoverá:

- 1) a instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores;
- 2) a instalação e ampliação dos refeitórios estabelecidos de acordo com o decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939;
- 3) o fornecimento de refeições nos locais de trabalho que não comportem os refeitórios previstos na lei a que se refere o item anterior;
- 4) a divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens auferidas pelo trabalhador com uma alimentação racional;
- 5) a divulgação, nos meios patronais, dos benefícios que decorrerão para os empregadores de uma alimentação adequada dos seus trabalhadores;
- 6) a propaganda da necessidade de novas diretrizes na alimentação nacional e das suas profundas influências sobre a melhoria da raça;
- 7) uma ação educativa sistemática, especialmente junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de

6 Fogagnoli, 2011, p. 5.

7 Evangelista, 2014, p. 31.

8 Evangelista, 2014, p. 33.

alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados.⁹

Funcionando como uma espécie de programa-piloto, o SAPS se expandiu ainda na década de 1940, objetivando adequar a alimentação nos restaurantes às indicações do saber técnico dos nutricionistas; além dos restaurantes, a autarquia também desenvolvia projetos específicos como os Postos de Subsistência, que vendiam cestas básicas subsidiadas aos trabalhadores, contando ainda com conselhos nutricionais de técnicos.¹⁰ A primeira unidade foi fundada no Rio de Janeiro, funcionando também outros projetos como biblioteca popular, sala de música, cursos de corte e costura, desjejum escolar, cursos de alfabetização, e o já mencionado posto de subsistência.

Diante dessa experiência, de forma geral, existem duas tendências de abordagem sobre o SAPS na historiografia. A primeira pode ser chamada de 'historiografia trabalhista', enquanto a segunda intitularemos de 'história dos intercâmbios científicos'. Embora a chamada Era Vargas (1930-1945) e seu retorno à presidência entre 1951 e 1954 tenha suscitado debates exaustivos sobre, por um lado, as formas de controle e, por outro, os acenos/concessões de direitos à classe trabalhadora empreendido por Getúlio Vargas, parte fundamentalmente menor da historiografia se preocupou com a dinâmica de projetos como o SAPS. A historiografia trabalhista, nesse sentido, narra as origens do Serviço Central de Alimentação (1936-1939), antecessor do SAPS, e a convergência de agentes com ponto de vista semelhantes, mas com interesses diversificados; o impacto das políticas de Estado e a experiência da classe trabalhadora.¹¹ Também abordam mais especificamente como o SAPS repercutia o poder simbólico de Vargas, personagem recorrente nas capas dos boletins da instituição Magalhães e Porto (2015); e como o SAPS influenciou na formação do campo de estudos de nutrição no Brasil.¹² De maneira diferenciada e por vezes complementar, a segunda corrente observa como os intercâmbios científicos foram fundamentais para o desenvolvimento do programa. Muniz (2014) argumenta que a criação do SAPS rompeu com a ênfase de tradições científicas que giravam em torno de institutos e universidades, quando o governo Vargas gerou um programa de combate ao fenômeno da fome e da desnutrição, problemas fundamentais para a modernização e industrialização do país.

9 DECRETO-LEI Nº 3.709, DE 14 DE OUTUBRO DE 1941, retirado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3709-14-outubro-1941-413835-publicacaooriginal-1-pe.html>, último acesso: 14/02/2022.

10 Fogagnoli, 2011; Magalhães e Porto, 2015.

11 Fogagnoli, 2011.

12 Cidrack, 2010.

Para além disso, alguns trabalhos reforçam os intercâmbios científicos entre cientistas brasileiros e estadunidenses durante o período da chamada Política da Boa Vizinhança, entre 1942 e 1945. Mais que um período de um “imperialismo sedutor”, onde a cultura tentou promover uma cultura de cooperação nas Américas, foi também a época da formação de muitos cientistas brasileiros nos Estados Unidos, por meio de concessão de bolsas por parte de instituições como a *Johns Hopkins School* e a Universidade de Michigan.¹³ Desta forma, a contribuição principal desse artigo à historiografia do SAPS está em situar o programa a partir dos (des)encontros entre a ‘burocracia’ brasileira e o ‘racionalismo’ técnico norte-americano, em um momento de afirmação do segundo sobre o primeiro – e ao mesmo tempo, introduzir documentação original da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) e sua relação com o SAPS.

A alimentação do trabalhador brasileiro entre guerras e intercâmbios

“Há alguns anos, num relatório que redigiram para a Rockefeller Foundation, alguns higienistas e bromatologistas americanos chegaram à conclusão de que o problema mais grave no Brasil não era, como se dizia, o da ancilostomose, das sezões, da sífilis ou de qualquer outro mal endêmico, epidêmico ou transmissível por contato direto ou por hereditariedade. O grande mal do país – assim concluíram os especialistas – era a subnutrição”¹⁴

No período aqui destacado, a filosofia pública da saúde internacional foi o “desenvolvimento”, que representou uma série de discursos e práticas que traziam consigo a crença na capacidade da tecnologia em eliminar os problemas enfrentados pela humanidade. Importantes atores políticos da época, como o então diretor da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), Abraham Horwitz, destacavam em seus escritos o papel da saúde como um tema social para o desenvolvimento. Para ele, o sucesso de qualquer programa de saúde pública dependeria de sua integração a um processo de “evolução social”. Dessa forma, as intervenções em saúde pública deveriam ser acompanhadas de avanços iguais nas condições de produção e bem-estar, para que os progressos pudessem ocorrer de forma sustentada. John Farley, ao analisar as con-

13 Kropf, 2020; Andrade e Lana, 2010; Tota, 2000.

14 Melhoria da alimentação, problema social. Boletim do SAPS, Rio de Janeiro, n. 5, março de 1945, p. 3.

cepções presentes na agenda da saúde internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, concluiu que os esforços para melhorar a saúde e o bem-estar econômico poderiam ser visualizados em pêndulos fixos em dois extremos.¹⁵

No campo da saúde, dois pêndulos seriam os principais: o primeiro balançava entre a concepção de que o controle ou erradicação de doenças transmissíveis seria um pré-requisito para o desenvolvimento socioeconômico e a noção de que o desenvolvimento socioeconômico seria um pré-requisito para a melhoria da saúde. O segundo pêndulo estaria entre aqueles que acreditavam que as campanhas de erradicação poderiam ser direcionadas verticalmente contra doenças específicas e entre aqueles que argumentavam que as campanhas necessitavam ser feitas de formas horizontal, envolvendo um mínimo de infraestrutura de saúde pública.¹⁶ Hochman sugere que nem sempre estes pêndulos se moviam em igual velocidade ou de modo coincidente entre os dois vetores.¹⁷ Além disso, o caráter vertical e o autoritarismo destas ações de combate às enfermidades deixaram um legado na saúde pública: uma “cultura da sobrevivência”.¹⁸ Este padrão sanitário hegemônico se beneficiou das tensões resultantes da Guerra Fria e tinha como principais características a ênfase exagerada nas tecnologias médicas, a fragmentação dos sistemas de saúde, a descontinuidade das políticas sanitárias e a promoção de um conceito de saúde pública como uma simples resposta às emergências. Desta forma, “paz”, “modernização” e “desenvolvimento” passaram a ser as palavras-chave que acompanharam o conceito de “saúde internacional”.¹⁹ Sob estes ideais que a FAO e a UNICEF foram criadas, assim como a principal organização supranacional do pós-Segunda Guerra: a *World Health Office* - Organização Mundial da Saúde (1948).

Este contexto internacional veio ao encontro de uma crescente institucionalização da saúde pública brasileira, em especial, a partir dos anos 1930, quando o país passou a acompanhar as principais decisões e agendas propostas em fóruns e congressos internacionais.²⁰ A criação das faculdades de nutrição pelo país, bem como a atuação política dos nutrólogos, foram parte deste processo. No país, as diferentes formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição foram construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos

15 Pires Alves e Maio, 2015, p. 72.

16 Farley, 2004.

17 Hochman, 2010.

18 Cueto, 2015.

19 *Idem*.

20 Fonseca, 2007.

que se operaram entre os distintos segmentos sociais das conjunturas econômicas brasileiras.²¹ Na década de 1950, é possível perceber, a partir da análise de projetos de desenvolvimento regional, a ascensão da fome enquanto um elemento de necessária superação via políticas públicas.

Nos documentos fundadores das duas agências de desenvolvimento regional mais notórias do país, a fome ocupa um espaço relevante nas metas envolvendo saúde pública. Não à toa, Josué de Castro esteve à frente da elaboração dos planos de ação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.²² A alimentação ganhou assim, protagonismo na concepção de uma medicina voltada para a prevenção da doença. Tal questão se torna crucial no que tange à saúde do trabalhador pobre. A seu modo de vida já há muito condenado – más condições de habitação, de trabalho, alcoolismo – acrescenta-se a necessidade de cuidar de sua alimentação, garantindo-lhes ao menos uma refeição saudável por dia. Jaime Rodrigues aponta que a década de 1920 foi crucial para o lugar que a alimentação passou a ocupar, no Brasil, como problema de saúde pública ao introduzir “novas relações de poder no cotidiano urbano entre os escolares e operários”.²³ É também nesta década que higienistas, “sociólogos, médicos e outros profissionais iniciaram [...] um debate sistemático sobre os diversos aspectos da alimentação popular como um dos fatores do atraso brasileiro”.²⁴ Assim, neste período, a inserção da alimentação como um problema de saúde pública, passou a ser, um tema cada vez mais presente nas revistas médicas – tanto em artigos, quanto nas propagandas – como nos congressos médicos. Nesses encontros, as conclusões circulavam em torno da necessidade de aumento dos inquéritos alimentares e da importância da educação escolar como fator de correção de hábitos alimentares tidos como poucos saudáveis. Além disso, diante das mudanças concomitantes à industrialização do Brasil, novas questões surgiram, como a necessidade de discutir as condições de produção, armazenamento e enriquecimento dos alimentos.

Ao lado da alimentação propriamente dita, garantir a comida para a cidade eram preocupações que passaram a fazer parte das políticas públicas, em especial a partir da década de 1930. Desta forma, diversos profissionais passaram a atuar no combate à fome no país, combinando ação política com institucionalização da ciência da nutrição. Nesta década, ocorreu ampla divulgação das primeiras pesquisas de campo e

21 Vasconcelos, 2005.

22 Silva, 2015.

23 Rodrigues, 2011.

24 *Idem*.

inquéritos, como o de Josué de Castro com os trabalhadores de Recife em 1932 e o de Dante Costa com os estudantes do Distrito Federal, assim como a gradativa entrada do discurso dos médicos nutrólogos no Estado. Junto a isto, ocorreu o surgimento da primeira cátedra de nutrição na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo período, ocorreu a divulgação dos inquéritos alimentares promovidos pelo então diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS) João de Barros Barreto e Almir de Castro que, em conjunto com a pesquisa de campo de Josué de Castro, serviriam de base para a formulação e regulamentação do salário-mínimo no Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Este decreto estabeleceu a chamada ração essencial mínima que seria composta, em quantidade e qualidade dos alimentos necessários ao atendimento das necessidades nutricionais de um trabalhador adulto.²⁵

No final da década de 1930 estava definido um programa mínimo para a solução do problema alimentar brasileiro: de um lado, racionalizar a oferta, através de medidas que ajustassem a produção e a comercialização às necessidades da população, de outro, educar o povo, pela palavra e pelo exemplo, a se alimentar convenientemente.²⁶ Cátedra, publicação de livros, artigos em jornais e propaganda: a nutrição brasileira estabilizava-se cada vez mais como uma ciência próxima ao Estado brasileiro, além de contar com uma comunidade de especialistas que colaboravam na elaboração de um discurso cada vez mais atraente aos dirigentes brasileiros. Faltava apenas o próximo passo: a criação de órgãos estatais que entronizassem de vez os nutricionistas na elaboração de políticas públicas. De acordo com Vasconcelos,²⁷ as diferentes formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição foram construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos que se operaram entre os distintos segmentos sociais das conjunturas econômicas brasileiras. A concepção científica que norteou este grupo de cientistas nos anos 1930-1940 foi a tese do valor eugênico da alimentação na construção da nação e do homem brasileiro, que procurava deslocar da questão racial para a questão sociocultural o preconceito racial/climático que se tinha sobre o povo brasileiro. Dessa forma, eles afirmavam a tese do aprimoramento eugênico da raça do povo brasileiro mediante uma alimentação racional. Um marco deste processo foi a publicação de *“Geografia da Fome”*, de Josué de Castro, em 1946.²⁸ Mas o principal símbolo dessa inserção da

25 Vasconcelos, 2005.

26 Coimbra et al, 1982, p.82.

27 Vasconcelos, 2005.

28 A atuação política de Josué de Castro o torna, em muitos casos, o único protagonista dessa trajetória. Trabalhos recentes vêm problematizando esta questão, demonstrando que o médico pernambucano fez parte de uma geração de nutrólogos que compartilharam preceitos e projetos para o Brasil. Ver Muniz, 2014 e Leme, 2021.

fome e alimentação na agenda da saúde pública brasileira dessa geração de médicos nutrólogos foi a criação, em todo o país, do Serviço de Alimentação da Previdência Social, criado em 1940.

Com a criação do SAPS, o tema da alimentação apresentava-se importante o suficiente para dirigir-se à população como um todo e não apenas aos industriários, foco principal do antigo SCA. O SAPS foi, em seus primeiros anos de atuação, a grande agência nacional de política alimentar, administrando atividades além da gestão de seus restaurantes: desenvolvendo medidas educativas, criando projetos pilotos de merenda escolar e de assistência geral às populações urbanas. Estruturou também suas próprias dependências como uma agência gestora da política alimentar brasileira, fortemente identificada com o trabalhismo do governo Vargas, tornando-se assim, mais que um local de alimentação, mas também um espaço de sociabilidade dos trabalhadores.²⁹

O nutrólogo pernambucano foi presidente do conselho executivo da FAO em um período inicial da atuação da agência, quando o entendimento do combate à fome se dava também pelo enfrentamento das desigualdades sociais.³⁰ A FAO passaria por mudanças profundas em sua trajetória: se inicialmente dedicava-se a compreender a fome como o fruto de assimetrias geopolíticas e diferenças econômicas regionais, a orientação passou a ser orientada unicamente pelo aumento de produção de alimentos e cooperação técnica com países periféricos.³¹ Esta foi uma das entradas no Brasil neste circuito transnacional de combate à fome: instituições como a UNICEF e a USAID, através do programa *Food for Peace*, distribuíram leite em pó em diversas regiões do Brasil³². Outra perspectiva do combate à fome nos anos de guerra fria viria sob a égide do temor pela falta de alimentos para dar conta do crescimento exponencial da população mundial: agências como a Fundação Rockefeller, Fundação Ford e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) induziram a formação de quadros técnicos para desenvolver políticas de controle populacional.³³ Desde os anos da Segunda Guerra Mundial havia a participação estadunidense na elaboração e implantação de política de educação alimentar empreendida pelo SAPS. Esta participação se deu através de um acordo entre o Departamento de Estado norte-americano e o SAPS, por meio de seu diretor Edison Cavalcanti. O resultado desse acordo foi a chegada de Ruth Leslie, professora da Universidade de Austin, Texas, com o objetivo de elaborar pesquisas e estudos referentes à qualidade nutricional da alimentação da população brasileira.

29 Muniz, 2014; Fogagnoli, 2011; Evangelista, 2014, Silva, 2015.

30 Carter, 2018.

31 Bashford, 2016.

32 Coimbra, Meira e Lima, 1982.

33 Carter, 2018; Behring, 2014.

Além disso, tinha a tarefa de formar uma equipe de técnicos em vitaminologia que deveriam ser habilitados para executarem os trabalhos de laboratório. Essa equipe deveria seguir a metodologia proposta por Leslie, baseada nos preceitos científicos estadunidenses. Posteriormente, as relações entre os dois países nas políticas públicas de alimentação se acentuaram com os acordos firmados entre o SAPS e a Comissão Brasileiro Americana de Produção de Gêneros Alimentícios – CBA. Esse órgão foi criado a partir de um acordo entre agências públicas estadunidenses e brasileiras em função da II Guerra Mundial, atuando principalmente na região norte, com o objetivo de orientar os trabalhadores rurais no estímulo à produção.³⁴

Por fim, chegamos ao nosso objeto: o trabalho da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), criada por Nelson Rockefeller. A AIA foi uma agência filantrópica que desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura, além de programas menores em desenvolvimento comunitário e alfabetização. Fundada em julho de 1946 e extinta em 1968, teve atuação no Brasil e na Venezuela, e com algumas iniciativas mais isoladas, atuou na China e Índia e em outros países da América Latina nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil, a atuação da AIA em programas de assistência técnica em agricultura ocorreu entre 1946 e 1961, sendo que entre 1961 e 1968 esta agência passou a enfatizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa no cerrado e a criação de uma agência de desenvolvimento e colonização, acompanhando o contexto da expansão territorial para o Brasil central e a construção de Brasília. No início da Guerra Fria, em meio às ações mais voltadas para a reconstrução da Europa, a AIA foi uma agência cujo estudo colabora para demonstrar as relações entre Estados Unidos e América Latina naqueles anos. Por outro lado, antes de embarcar nas aventuras da produção agrícola, a AIA desenvolveu projetos iniciais em conjunto com instituições brasileiras, com destaque para a parceria com o SAPS entre 1946 e 1950. E neste sentido, a atuação da AIA com o SAPS não foi propriamente pacífica, amistosa; essa experiência foi construída e descontruída a partir de uma relação de negociação constante.

O Melhor e mais Prático programa de Nutrição: técnicos em conflito

“Observo com o melhor interesse o programa notável do SAPS, como um passo original, corajoso e prático do governo do Brasil para a elevação do padrão de vida e melhoria das condições sociais do seu povo”³⁵

34 Fogangnoli, 2011.

35 Um arquiteto da boa vizinhança. Boletim do SAPS, Rio de Janeiro, n. 3, janeiro de 1945.

Em janeiro de 1945, Nelson Rockefeller ainda ocupava o cargo de Coordenador dos Assuntos Interamericanos (ou *Office of Interamerican Affairs*, OIAA), quando proferiu a frase acima mencionada; como coordenador do OIAA, Rockefeller desenvolveu uma série de acordos com o governo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial através dos Acordos de Washington, de 1942. Naquele ano, Rockefeller recebeu Edison Cavalcanti, diretor do SAPS nos Estados Unidos. Em uma narrativa otimista reproduzida pelo boletim da instituição, Nelson Rockefeller teria sido recrutado por Roosevelt para “melhorar e aumentar a produção de matérias-primas essenciais, que estavam, às vezes, abandonadas em vastas regiões das Américas do Sul e Central”; como resultado disso, o CIAA atuou no aumento da produção da borracha na Amazônia ou do estanho na Bolívia. Por outro lado, na questão da alimentação, o CIAA providenciou uma bolsa de estudos para o químico do SAPS, Salatiel Mota, que estagiou por um ano e meio no *Public Health Institute*, nos Estados Unidos. Também, foram concedidas quatro bolsas de estudos para “moças que fizeram o curso de auxiliares de alimentação aqui no SAPS, e que agora estão se aperfeiçoando no *Home Economic Extension Service*”.³⁶ Cavalcanti, o diretor do SAPS, por sua vez, visitou instituições do programa de “*Home Economics Extension Service*”, em vários estados, “notadamente as pesquisas sobre o feijão-soja” no *Beltsville Research*.³⁷

O *Home Economics*, nesse sentido, é um capítulo à parte: gerado a partir de diversas experiências realizadas nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, as universidades e instituições de ensino voltadas para o público feminino geraram currículos voltados à administração do lar – ao menos inicialmente. Esse conceito funcionou tanto para lares urbanos quanto rurais e, em fins do século XX, os fundadores do movimento de economia doméstica incorporaram a nova teoria de germes de doenças. Desta forma, foi necessário que se ensinasse às mulheres americanas como “dominar o funcionamento invisível do micróbio na vida cotidiana”, dentro de princípios de uma “ciência do ambiente controlável”, abordando tópicos como saneamento doméstico, decoração de interiores e preparação de alimentos.³⁸ Em 1909, foi fundada a Associação Americana de Economia Doméstica, ampliando o conjunto de profissionais envolvidos – estudantes, investigadores, governantas, gerentes institucionais, trabalhadores sociais e municipais, donas de casa e trabalhadores profissionais nos campos aliados – direcionando o movimento para “a melhoria das condições de vida no lar, na casa institucional e na comunidade”.³⁹ Em 1914, o *Smith-Lever Act*,

36 *Idem*.

37 O sentido social da obra do SAPS, Boletim do SAPS, n. 13, novembro de 1945, p. 87.

38 Tomes, 1997.

39 Stage, 1997.

a lei que criou o conceito de extensão rural –levar o conhecimento produzido nas universidades para os agricultores– incorporou muitas das práticas do *Home Economics* para a aplicação no desenvolvimento do meio rural; e as universidades e institutos de pesquisa passaram a atuar nessa então nova área, criando departamentos especializados nas universidades nas décadas seguintes.⁴⁰ Como uma nova disciplina, a *Home Economics* se propagou para sua população alvo de mulheres jovens durante os anos 1910 e 1920 como treinamento vocacional. O curso foi percebido por alguns de seus mais proeminentes proponentes como um componente importante dos direitos da mulher, onde jovens podiam se preparar para carreiras como assistentes sociais, inspetoras de fábrica, gerentes de instituições de grande escala, como orfanatos e escolas particulares, nutricionistas e professores.⁴¹ E, portanto, quando chega ao Brasil em fins da Segunda Guerra Mundial –antes já existiam experiências nas universidades de Viçosa e Piracicaba– o *Home Economics* está embebido de uma ambivalência entre tradição e modernidade: tradição ao reforçar papéis de gênero nos cuidados do lar, da família e da nutrição, mas, ao mesmo tempo progressista, ao propiciar que as mulheres jovens, como nos lembra Babbitt, ocupassem melhores posições no mercado de trabalho. O *Home Economics* se relaciona aos projetos comunitários locais que serviram de base para as políticas de combate à pobreza no mundo, como instrumentos de desenvolvimento internacional da administração federal estadunidense, em especial no contexto da Guerra Fria.⁴²

No início de 1946, o boletim do SAPS narra que a AIA de Nelson Rockefeller, teria assinado “importante convênio” com o SAPS, “representado no ato por seu diretor, senhor José Evangelista, pelo qual fica criado no Brasil, com importante e substancial auxílio daquela associação, o Serviço de Visitação Alimentar”.⁴³ As finalidades do novo serviço seriam, em essência, “semelhantes a do ‘Home Economics Extension Service’ dos Estados Unidos”, que ministraria “cursos de Economia Doméstica, Horticultura, Puericultura, Avicultura, Nutrição e Dietética, Assistência Social e Visitação Alimentar”, cursos esses “que, através das alunas formadas pelas diversas escolas que vão se instalar nos estados, deverão penetrar em todos os setores da população, instruindo-a nas Modernas Normas de Nutrologia e da Economia”, de maneira a preparar e utilizar os alimentos tirando “máximo de proveito e economia”. Esse projeto de cooperação entre AIA e o SAPS foi proposto pelo empresário norueguês Berent Friele

40 Silva, 2015.

41 Babbit, 1997.

42 Rosenberg, 2016; Immerwahr, 2015.

43 Cooperação norte-americana nas soluções do problema social do Brasil. Boletim do SAPS, n. 23, 1946.

– presidente da Atlantic & Pacific, empresa com mais de 8.000 armazéns além de supermercados em 1945, Friele havia sido escolhido por Rockefeller para representar o OIAA no Rio de Janeiro – o professor de horticultura Kenneth Kadow e o administrador Dee Jackson, agora pertencentes ao quadro de funcionários da agência de filantropia estadunidense. Eles conheciam o serviço de nutrição graças aos tempos que atuaram no OIAA: durante os anos de 1942 e 1945, os proponentes estiveram “*in constant contact with many Brazilian and American government officials as well as private citizens versed in the subjects of health, sanitation and nutrition in Brazil*”.⁴⁴ No contexto do pós-guerra, tanto Nelson Rockefeller quanto os técnicos do OIAA buscavam novos programas e projetos para fixar suas bases na América Latina – depois da morte do presidente democrata Roosevelt em 1945, Harry Truman assumiu o posto e demitiu o republicano Nelson Rockefeller. E enquanto Truman e os ideólogos da política externa norte-americana construía os fundamentos para reconstrução da Europa através do Plano Marshall (1947), Rockefeller insistia que a América Latina deveria continuar a ser prioridade para os Estados Unidos – como foi durante a guerra, principalmente no combate ao nazismo. Sua tese, no entanto, não prevaleceu no governo; mas por outro lado, justamente as agências filantrópicas buscaram ocupar esse espaço deixado pelo estado no que se refere à política externa para a América Latina.



Em visita a Cozinha Dietética, aparecem no flagrante o Sr. Daniel de Carvalho e Sra., Sr. Moran Figueiredo e Sra. além do Sr. Rockefeller e o Diretor do SAPS.

44 American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135.

Considerado pela AIA como o “melhor e mais prático” programa voltado para a nutrição no Brasil, o SAPS era visto como uma agência autônoma, mesmo sendo supervisionada pelo Ministério do Trabalho. A proposta da AIA, tinha por objetivo a criação do Setor de Visitação Alimentar (SVA) para o trabalho em Economia Doméstica (ou *Home Demonstration*), e neste sentido, integrar ações de diversas agências nacionais e internacionais (AIA e SAPS, através do SVA) e ministérios do trabalho e da agricultura. O trabalho de *Home Demonstration*, contudo, não era necessariamente novidade no Brasil. Sendo elaborado por dois ex-funcionários do *Office*, Friele e Kadow, as relações estabelecidas e o trabalho organizado durante os anos da guerra foram aproveitados pela AIA. Ainda em 1943, o *Food Supply Division* em cooperação com o governo brasileiro estabeleceu uma escola na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, objetivando formar agentes de *Home Demonstration*. Por volta de 1947, o SAPS mantinha, com auxílio financeiro da AIA, a escola de Fortaleza e tinha como um dos seus objetivos aproximar este trabalho da produção agrícola, mais especificamente, os programas de extensão rural. No entanto, outras escolas deveriam ser estabelecidas no interior do Estado de São Paulo e no Distrito Federal, de acordo com Louise Stanley – experiente *home economist* norte-americana que visitou o Brasil à serviço da AIA. Como local de experimentação, as favelas do Rio de Janeiro poderiam ser observadas; uma das comunidades escolhidas foi a Barreira do Vasco, para a realização de um programa próximo às “missões” em desenvolvimento no México naquela época. Outras tentativas de cooperação foram realizadas nestes tempos, como os trabalhos desenvolvidos pelo Colégio Bennett, o Instituto do Povo e outras instituições no Rio de Janeiro, então capital federal.⁴⁵

Em 19 de Agosto de 1946 a AIA aprovou um acordo com o SAPS e sua revisão ocorreu ainda em novembro daquele ano. O principal motivo da revisão foi o questionamento do Ministro do Trabalho sobre aquilo que considerava enquanto “autonomia” exacerbada do Setor de Visitação Alimentar (SVA), uma das divisões do SAPS. Para o governo brasileiro, o SVA teria uma autonomia de organização financeira e administrativa maior do que o SAPS ou maior que o próprio ministro. Por outro lado, a AIA estaria doando uma determinada quantia em dinheiro, e neste sentido, Dee Jackson entendeu que a agência teria interesse em obter alguma forma de controle sobre as operações financeiras e administrativas deste setor. Em caso de uma das partes não se interessar mais no desenvolvimento deste trabalho, não havia no contrato um mecanismo que regulasse a saída tanto da AIA quanto do governo brasileiro. Em outras palavras, os

45 American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135. p. 3. [1947]

objetivos das duas agências, uma governamental brasileira e outra filantrópica norte-americana, colocaram em pauta a necessidade de reorganização dos acordos e, como será visto posteriormente, fez surgir dificuldades nas negociações, fazendo com que a AIA não levasse adiante este acordo nos anos 1950.

Neste sentido, a reorganização das atividades aconteceu por sugestão da própria AIA, ao estabelecer que a doação estabelecida de forma direta com o programa fosse eliminada e que o SVA fosse considerado parte integral do SAPS. Também foi sugerido que a AIA providenciasse um técnico para o desenvolvimento do programa, mais especificamente, uma nutricionista que orientasse os projetos do SVA, entre outras ações. De certa forma, neste primeiro momento, as negociações entre a AIA e o governo brasileiro envolviam a necessidade de ceder e reformular as ideias iniciais do acordo. Tendo em vista que a AIA aceitaria ter um menor controle sobre o programa inicial no que diz respeito às questões legais brasileiras (como argumentado pelos brasileiros), em troca de uma maior, senão total, influência no que diz respeito às atividades técnicas – moldando, de certa forma, um espaço de expertise para os técnicos norte-americanos atuarem sem restrições.

Antes disso, ainda em abril de 1946, o Major Humberto Peregrino foi designado para comandar o SAPS; após ter contato com as experiências do projeto em Fortaleza, entusiasmou-se com as atividades de *Home Demonstration* desenvolvidas em parceria entre SAPS e AIA. Empolgado, Peregrino teria discutido sobre este projeto com o Presidente Eurico Gaspar Dutra que, neste sentido, teria apreciado os objetivos do programa e as ofertas de assistência técnica da AIA. Neste sentido, o Presidente teria concordado com o Major Peregrino que um plano de expansão deveria incluir não apenas o estabelecimento de uma escola maior no Estado de São Paulo, mas também uma escola adicional no Distrito Federal, bem como o estabelecimento de uma quarta escola. Por estas razões, Major Peregrino estaria disposto a cancelar o acordo de 26 de novembro de 1946 e propor outro. A AIA, neste sentido, aceitaria retirar o ponto em que estava relacionando a doação direta ao SAPS.⁴⁶

No entanto, naquele momento, a posição do Presidente Dutra era um tanto cautelosa, pois ainda estudava um plano de desenvolvimento e, neste sentido, ainda não tinha exatamente as respostas sobre qual a importância da iniciativa privada em relação à agricultura e atividades relacionadas. A criação de uma comissão, sob a presidência do Ministro da Agricultura que tome a seu cargo o estudo das questões econômicas

46 From AIA – Rio de Janeiro to AIA – New York. Memorandum. Subject: AIA Program n. Brazil 01. Rio de Janeiro, 25/07/1947.

brasileiras “cuja rápida solução dependa de grandes investimentos” deveria ser estabelecida. Neste sentido, esta comissão teria “a finalidade de discriminar os [investimentos] que devem, de preferência, ser deixados à iniciativa particular” e “os limites e condições em que poderá ser solicitada ou aceita a colaboração de capitais e técnicos estrangeiros”.⁴⁷ Desse modo, segundo as discussões da comissão, a iniciativa privada não teria livre trânsito e planejava-se disciplinar o auxílio estrangeiro.

Berent Friele, com anos de experiência no Brasil como representante do CIAA no país, acompanhou o trabalho da comissão e avaliou que ela incluiria muitos de “nossos amigos”, como Ary Torres bem como se sugere que o então Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, também seria um destes “amigos”.⁴⁸ Se a possibilidade de introduzir algumas de suas concepções em nível de políticas nacionais entusiasmasse Friele, outras questões dificultavam a atuação da AIA. A conversa entre o então Ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo, e Dee Jackson, em fevereiro de 1947 demonstraria que a relação entre o SAPS e a AIA e a nacionalização do Setor de Visitação Alimentar não era objetivo do então ministro. De acordo com o norte-americano, o Ministro brasileiro “não está a favor” do programa do Setor. Na verdade, ainda de acordo com o responsável pela AIA, “ele nunca esteve”, pois “sempre teve uma atitude negativa” em relação ao programa, classificando-o como “luxury” e que o SAPS “não poderia sustentar”.⁴⁹ Desta forma, “ele não reconhece a prática efetiva do trabalho”, diria o agente da AIA, completando que o então Ministro poderia ser considerado um “reacionário”. Tendo ocupado a vice-presidência da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, o então ministro defenderia ideia contrária à AIA, afirmando que os preços dos alimentos deveriam subir.⁵⁰ Por outro lado, “amigos” da AIA como José Evangelista e uma de suas assistentes no SAPS estavam sendo investigados por má-administração, impedindo que o SVA participasse de qualquer tipo de evento enquanto a questão não fosse resolvida. Durante o afastamento de Evangelista, o Ministro do Trabalho teria então a oportunidade de

47 De Eurico G. Dutra para Valentim Fernandes Bouças. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

48 “This commission includes Ary Torres and many other friends of ours. The Chairman is, as you already know, Minister of Agriculture Daniel de Carvalho.” From Dee Jackson to Berent Friele. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

49 Dee Jackson. Memorandum for Project n. 1 (SAPS). 13/02/1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135. “Is not in favour of the program of the Sector. He never has been. He has always had a negative attitude towards the program as it is, in his opinion, a luxury which the SAPS organization cannot afford”.

50 *Idem*.

criticar o acordo entre AIA e SAPS, colocando em questão a autonomia dada ao Setor pelo acordo. Neste sentido, Jackson comentou: “eu expressei para o Ministro nossa surpresa que dois Ministros do Trabalho aprovariam um contrato o qual não estava de acordo com as leis brasileiras”.⁵¹

Diante do impasse criado pelas propostas de mudança no acordo defendidas pelo Ministro, restou aos representantes da AIA esperar. Em fevereiro de 1947, Jackson relatou que “fontes aparentemente bem informadas nos aconselharam que o Presidente da República vai substituir Morvan Dias de Figueiredo de seu escritório como Ministro do Trabalho dentro dos próximos dias e designar um novo Ministro. Logicamente, em seguida será designado um novo diretor do SAPS”. Dentro destas circunstâncias, para a AIA seria melhor aguardar antes de iniciar outro acordo ou emendas antes da renovação tanto no Ministério quanto no SAPS. No entanto, Morvan Dias de Figueiredo permaneceu no cargo até 1948, e a AIA teve que encontrar maneiras de negociar. Para assessorar o estabelecimento do contrato, um ano antes, dois brasileiros com experiência em administração federal seriam designados para auxiliar no estudo das questões antes de enviá-las para apreciação. Como resultado, Major Peregrino, em tom conciliador, “não somente aceitou os esclarecimentos apresentados”, mas também apoiou um ponto de vista semelhante ao da AIA.⁵² Uma das questões a serem discutidas do acordo: “Poderá suceder que o diretor do SAPS deseje dar o programa de colaboração por encerrado, sem o consentimento da AIA. Por outro lado, é possível que a AIA deseje se retirar do programa sem o consentimento do diretor do SAPS.” Também, em tom conciliador, Kenneth Kadow afirmaria que “as objeções levantadas ao projeto original pelo Ministro da Agricultura Brasileiro são compreensíveis”.

No entanto, sendo a indicação da diretoria do SAPS política e não técnica, de acordo com a AIA, a assistência desta agência poderia não ser efetiva. Neste sentido, Kenneth Kadow diria em 1948: “eu gostaria de sugerir que nós aprovemos a cooperação com o SAPS em bases anuais”.⁵³ Antes disso, Morisson G. Tucker, em conversa com Nelson Rockefeller, expressou que a AIA deveria estar tentando participar do processo de es-

51 *Ibidem*.

52 “Because of their experience in Brazilian federal administration we asked Oscar Guedes and Fernando Carvalho to study the matter before taking it up with Major Peregrino. As a result Major Peregrino not only accepted the clarifications presented, but endorsed them on the basis that he felt them very sound from his point of view as well as ours.” From Dee Jackson to Berent Friele. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

53 “I would like to suggest that we approve cooperation with SAPS on a year-to-year basis.” From Kenneth Kadow to AIA. Brazil Project n. 1, Home Demonstration Service. 20 de agosto de 1948. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

colha do diretor do Setor. Nas suas palavras, “the thinking behind this question is that the nutritionist to be employed under the proposed program would be largely in an advisory capacity, and as sometimes follows in situations of this sort, the role of an advisor is not likely to be too significant except under the most favorable circumstances”.⁵⁴ Desta forma, as críticas geradas durante a consolidação do acordo fizeram com que a AIA adotasse uma postura mais cautelosa, além de um contrato de cooperação técnica que poderia ser mais duradouro, tendo suas bases renovadas ano a ano, encerrando-se por volta de 1960.

Considerações Finais

Em 1961, o AIA finalizou seus projetos no país. Posteriormente, uma nova agência seria hegemônica em termos de cooperação técnica para o Brasil, e, conseqüentemente, para a América Latina: a *United States Agency for International Development* (USAID). Programas de assistência como os trazidos à luz no texto já foram interpretados como “braço do imperialismo” dos EUA nos países da América Latina, em uma relação assimétrica, na qual os países aceitavam de forma submissa esses acordos. No presente texto, e em uma crescente historiografia, que trata das cooperações técnicas em meio à Guerra Fria, é possível compreender esse período de forma mais sensível, trazendo camadas que não ignoram as relações de força presente, mas as complexificam. Os projetos de modernização sempre foram alvo de debate entre os *experts* locais e, conforme demonstramos, não encontraram terrenos vazios no continente. Pelo contrário, tiveram que se relacionar, convergir e se adaptar às tradições científicas locais, que viram nestes projetos a oportunidade de desenvolver novas técnicas e intercâmbios que poderiam ser aproveitados localmente. Érico Muniz destaca que a interação entre as políticas de saúde e bem-estar, assim como a influência de forças nacionais e internacionais no Brasil também funcionou como uma forma de regular os hábitos da vida cotidiana.⁵⁵ Essas políticas (em especial as nutricionais) integraram parte do processo de formação do Estado brasileiro em tempos de desenvolvimento. A cooperação entre AIA e o SAPS fez parte de uma atmosfera otimista em relação aos alcances do internacionalismo e da cooperação entre países, cientistas e sociedade civil, que financiou várias experiências em alimentação entre 1940 e 1960. A urbanização vertiginosa e as demandas desse

54 From Morrison G. Tucker to Berent Friele and Dee Jackson. AIA project – number 01 – Brazil Nutrition and Home Demonstration Program. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

55 Muniz, 2014.

processo, como os quadros de fome e desnutrição das populações locais originaram vários desses projetos específicos, fazendo da América Latina um local privilegiado para essas ações.

Em relação aos SAPS, ele acompanhou, assim como a democracia brasileira daqueles anos, uma ascensão nos anos 1950 e 1960 e sua derrocada a partir do golpe militar de 1964. Por meio do decreto 224, de 28/2/1967, o órgão foi extinto, transferindo seus bens, serviços e atribuições para outros órgãos e entidades.⁵⁶ Mesmo criado em uma ditadura (de Getúlio Vargas), o órgão ganhou prestígio e se expandiu nos anos democráticos que se seguiram, representando ganhos políticos para os que investiram nele. O desmonte das políticas de alimentação e de formação de profissionais relacionam-se também à forma que o governo militar brasileiro buscava tratar a memória do período democrático e a memória trabalhista que teve origem nos anos Vargas: uma época corrupta e ineficiente. A historiadora Anna Maria da Costa Evangelista chama atenção para o silêncio sob o qual foi envolta a existência do SAPS, que, segundo ela, poderia ser compreendido “pela tecedura do esquecimento construída pelo golpe civil-militar de 1964”.⁵⁷ O SAPS representou uma política de combate à fome e à desnutrição, mas também de acesso a bens culturais, por mais que poucas sedes fossem construídas além do distrito federal. Mais que um órgão meramente executor, o SAPS representou um *locus* onde experts discutiram, debateram e construíram políticas que resultariam, muitos anos depois, na saída do Brasil do mapa da Fome.⁵⁸ O atual e triste retorno a essa situação é fruto de, mais uma vez, medidas deliberadas de esquecimento e de desqualificação de políticas de Estado construídas pela sociedade civil em um período anterior.

Fecha de recepción: 15 de febrero de 2022

Fecha de aprobación: 11 de junio de 2022

56 DECRETO-LEI Nº 224, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. Extraído de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-224-28-fevereiro-1967-351768-publicacaooriginal-1-pe.html>

57 Evangelista, 2014, p.213.

58 FAO, 2014.

Bibliografia

Andrade, R. de P. y Lana, V. (2010). *Médicos, viagens e intercâmbio científico na institucionalização do combate ao câncer no Brasil (1941-1945)*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 17(1), 109-126.

Araújo, V. L. e Mattos, F. A. M. (orgs.) (2021). *A economia brasileira de Getúlio a Dilma — novas interpretações*. São Paulo: Editora Hucitec.

Babbitt, K. R. (1997). Legitimizing Nutrition Education: The Impact of The Great Depression. En S. Stage and V. B. Vincenti (eds.), *Rethinking Home Economics: Women and the History of a Profession* (pp.145–62), Cornell: Cornell University Press. Recuperado de: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctv2n7jkd.16>.

Bashford, A. (2018). *Global Population. History, Geopolitics, and Life on Earth*. New York: Columbia University Press..

Bhering, M. J. (2014). *Controle de natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisas e Assistência Integral à Mulher e à Criança (1975- 1994)*. Rio de Janeiro: s.n., 202 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2014.

Campos, A. L. V. (2006). *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas – O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Carter, E. D. (2018). Population Control, Public Health and Development in mid twentieth Century in Latin America. *Journal of Historical Geography*, pp.1-10.

Cidrack, M. L. (2010). *Escola Agnes June Leith: formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944–1966)*. (Tese de doutorado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil.

Coimbra, M.; Meira, J. F. P. y Lima, M. B. (1982). *Comer e Aprender: Uma história da Alimentação Escolar no Brasil. Relatório Final da Pesquisa: Alimentação Escolar no Brasil: Política e Instituição*. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura.

Cueto, M. (2015). La “cultura de la sobrevivencia” y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 22(1), 255-273. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000100015>.

Dourado, D. B. (2021). *Uma contribuição à compreensão do processo de construção social do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (1936-1940)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva).

Evangelista, A. M. da C. (2014). *Arroz e feijão, discos e livros: história do serviço de alimentação da Previdência Social, SAPS*. 1ª edição – Rio de Janeiro: 7 Letras.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (2014). *The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment to improve food security and nutrition*. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/en/>.

Farley, J. (2004). *To Cast Out Disease: a history of the international Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Oxford: Oxford University Press.

Fogagnoli, M. M. (2011). *Almoçar bem é no SAPS! Os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)*. (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Fonseca, C. (2007). *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Hochman, G. (2010). O Sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, Porto Alegre, 12(24), pp. 158-193.

Immerwahr, D. (1980). *Thinking small: the United States and the lure of community development*. Harvard: Harvard University Press.

Kropf, S. P. (2020). Circuitos da boa vizinhança. Diplomacia cultural e intercâmbios educacionais entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. *Varia Historia*. 36(71), 531-568. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000200010>.

Leme, A. S. (2021). Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 28(4), 1115-1135. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021000400010>.

Magalhães, S. G. y Porto, F. (2015). *Estado Novo: políticas sociais para uma alimentação saudável e racional*. Rio de Janeiro: Editora Autografia.

Muniz, É. S. A. (2014). *Comida, trabalho e assistência social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947)*. (Tese Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

Pires-Alves, F. y Maio, M. C. (2015). A saúde na alvorada do desenvolvimento: o pensamento de Abraham Horwitz. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 22(1), pp. 69-93.

Rodrigues, J. (2011). *Alimentação, vida material e privacidade – uma história de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda.

Rosenberg, G. (2016). *The 4-H Harvest : Sexuality and the State in Rural America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Silva, S. D. (2015). *A longa marcha de desmatamento civilizador: migrantes sulistas no Cerrado Tocantinense*. Em M. Valmir Muraro and J. V. Delmir (eds.), *Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai* (pp. 271-291). Chapeco: UFFS.

Silva, S. D. (2017). *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Stage, S. (1997). Ellen Richards and the Social Significance of the Home Economics Movement. In S. Stage and V. B. Vincenti (eds.), *Rethinking Home Economics: Women and the History of a Profession* (pp.17–33). New York: Cornell University Press.

Tomes, N. (1997). Spreading the Germ Theory: Sanitary Science and Home Economics, 1880–1930. In S. Stage and V. B. Vincenti (eds.), *Rethinking Home Economics: Women and the History of a Profession* (pp. 34–54). New York: Cornell University Press. <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctv2n7jkd.8>.

Tota, A. P. (2000). *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Vasconcelos, F. de A. G. (2005). Combate à Fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição*, 18(4), pp. 439- 457.

Fontes

1) Periódico *Boletim do SAPS*

Um arquiteto da boa vizinhança. *Boletim do SAPS*, Rio de Janeiro, n. 3, Janeiro de 1945.

Melhoria da alimentação, problema social. *Boletim do SAPS*, Rio de Janeiro, n. 5, março de 1945.

Berent Friele e o SAPS. *Boletim do SAPS*, n. 32, Rio de Janeiro, novembro de 1945.

Boletim do SAPS, n. 13, Rio de Janeiro, novembro de 1945,

O sentido social da obra do SAPS. Relatório apresentado ao Ministro da Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho. Boletim do SAPS, n. 13, novembro de 1945,

Cooperação norte-americana nas soluções do problema social do Brasil. Boletim do SAPS, n. 23, 1946,

O grande Moloch: a subnutrição. Boletim do SAPS, n. 20, 21 e 22, 1946.

2) Rockefeller Archive Center

American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135.

From AIA – Rio de Janeiro to AIA – New York. Memorandum. Subject: AIA Program n. Brazil 01. Rio de Janeiro, 25/07/1947.

From AIA – Rio de Janeiro to AIA – New York. Memorandum. Subject: AIA Program n. Brazil 01. Rio de Janeiro, 25/07/1947.

From Dee Jackson to Berent Friele. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135

Dee Jackson. Memorandum for Project n. 1 (SAPS). 13/02/1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135

From Kenneth Kadow to AIA. Brazil Project n. 1, Home Demonstration Service. 20 de agosto de 1948. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135

From Morrison G. Tucker to Berent Friele and Dee Jackson. AIA project – number 01 – Brazil Nutrition and Home Demonstration Program. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135